

SÃO PAULO 1975: CRESCIMENTO E POBREZA

50 anos depois

EIXO TEMÁTICO 01: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de Ideias no Urbanismo

RIZEK, Cibele Saliba

Professora Senior; IAU USP

cibelelr@uol.com.br

RESUMO

Esse texto foi escrito para rememorar e comemorar os 50 anos de um livro que marcou a produção acadêmica e a reflexão de uma geração de cientistas sociais, urbanistas, sociólogos, economistas e que também marcou a produção posterior de um conjunto de pensadores da cidade, entre os quais cientistas sociais como Paulo Singer Lucio Kowarick e José Álvaro Moisés. Também é preciso apontar que o livro ocupou um papel significativo num momento que, passadas 5 décadas, pôde ser reconhecido como o início de uma virada no longo e sempre incompleto percurso de luta pelas conquistas democráticas no país. Esse foi um período de lutas e de promessas, momento de um primeiro vislumbre de esperança inicial e tímida dos anos mais duros da repressão do regime de ditadura civil-militar no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Pobreza urbana; ditadura militar; leituras da cidade.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This text was written to commemorate and celebrate the 50th anniversary of a book that marked the academic production and reflection of a generation of social scientists, urban planners, sociologists, and economists, and that also marked the subsequent production of a group of urban thinkers, including social scientists such as Paulo Singer, Lucio Kowarick, and José Álvaro Moisés. It is also necessary to point out that the book played a significant role at a moment that, five decades later, can be recognized as the beginning of a turning point in the long and always incomplete struggle for democratic achievements in the country. This was a period of struggles and promises, a moment of a first glimpse of initial and timid hope amidst the harshest years of repression under the civil-military dictatorship regime in Brazil.

Keywords: *Economic development; Urban poverty; Military dictatorship; Readings of the city*

RESUMEN

Este texto busca conmemorar y celebrar el 50.º aniversario de un libro que marcó la producción académica y la reflexión de una generación de científicos sociales, urbanistas, sociólogos y economistas, y que también marcó la producción posterior de un grupo de pensadores urbanos, incluyendo científicos sociales como Paulo Singer, Lucio Kowarick y José Álvaro Moisés. Cabe destacar que el libro jugó un papel significativo en un momento que, cinco décadas después, puede reconocerse como el inicio de un punto de inflexión en la larga y siempre incompleta trayectoria de lucha por las conquistas democráticas en el país. Este fue un período de luchas y promesas, un momento de un primer atisbo de tímida esperanza durante los años más duros de la represión bajo el régimen de la dictadura cívico-militar en Brasil.

Palabras clave: *Desarrollo económico; Pobreza urbana; Dictadura militar; Lecturas de la ciudad*

PENSAR FORA DO EIXO

Esse texto foi escrito para rememorar e comemorar os 50 anos de um livro que marcou a produção acadêmica e a reflexão de uma geração de cientistas sociais, urbanistas, sociólogos, economistas e que também marcou, de modo bastante importante, a produção posterior de um conjunto de pensadores da cidade, entre os quais Lucio Kowarick, Paul Singer e José Álvaro Moisés e tantos outros. Também é preciso apontar que o livro ocupou um papel significativo num momento que, passadas cinco décadas, pôde ser reconhecido como o início de uma virada no longo e sempre incompleto e truncado percurso de luta pelas conquistas democráticas no país. Esse foi um período de embates e de promessas, momento de um primeiro vislumbre de esperança em meio a uma primeira retração - muito inicial e muito tímida - dos anos de chumbo, tal como foram nomeados os anos mais duros da repressão do regime de ditadura civil-militar no Brasil.

Os autores do livro - Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Lucio Kowarick, Maria Hermínia Tavares, Paulo Singer e Vinícius Caldeira Brant - reunidos em torno do CEBRAP, realizaram a pesquisa e publicaram seus resultados na forma de livro atendendo a uma encomenda da Arquidiocese de São Paulo. Era um modo de permitir a obtenção de fundos que financiassem o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, constituído, em grande parte, por professores da Universidade de São Paulo, cassados em 1969. Entre os cassados ganham destaque Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer; Vinícius C. Brandt [1] foi preso e posteriormente exilado.

A aliança e a encomenda da arquidiocese de São Paulo para o CEBRAP, fundado poucos anos antes pelos professores da Universidade de São Paulo cassados pela ditadura civil militar, permitiu a pesquisa e a publicação de seus resultados. Assim, a possibilidade do trabalho desses pesquisadores teria se tornado plausível naquele momento e suas consequências poderiam resultar, como de fato resultaram, na construção de caminhos cruzados [2], de pontos de encontro, de lugares em que mães pobres e operários explorados se somavam ao movimento de moradores de favelas, aos movimentos que reivindicavam creches e postos de saúde, a estudantes e professores que se reuniam em torno da luta pela anistia e pela democratização do país.

Aliás cabe ressaltar nesse mesmo sentido que o texto introdutório de Paulo Evaristo Arns é de grande impacto em tempos de repressão e ditadura civil-militar. O texto apontava para um processo muito significativo de guinada política de parcelas da Igreja Católica e do clero, em âmbito latino-americano, que seria pouco tempo mais tarde decisiva para a construção desses lugares de cruzamento de lutas e movimentos sociais, de sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base, de reivindicações salariais e pelos direitos do trabalho, assim como da emergência da chamada luta

PENSAR FORA DO EIXO

contra a carestia e contra a alta dos preços de alimentos. Esses encontros e convergências seriam um ancoradouro das batalhas decisivas pela sempre inconclusa e difícil democratização do país.

Relendo o texto com um olhar ele também um tanto turvo pelo intervalo de 50 anos que nos separam dos longínquos anos 1970, foi inevitável pensar no que uma geração inteira aprendeu lendo suas páginas e foi inevitável recuperar alguns dos fatos mais importantes do período. Assim, no diálogo entre texto e contexto, o livro e seus argumentos talvez possam resgatar sua densidade, sobretudo tendo em vista uma espécie de construção de obstáculos nos processos de transmissão intergeracional de saberes, olhares, experiências.[3]

Os anos 1970: pensando o contexto

Em 1975, no mês de outubro, morria V. Herzog[4] em uma cela da ditadura militar em São Paulo. Alguns dias depois, diante da farsa evidente de um suposto suicídio encenado pela repressão, houve um culto ecumênico na Catedral da Sé do qual participaram lideranças religiosas, inclusive D. Paulo Evaristo Arns. No ano da publicação do livro *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*, em dezembro de 1976, na Lapa em São Paulo, ocorreria uma chacina em que as forças repressivas teriam executado sumariamente o Comitê Central do PCdoB. Ainda que pouco tempo antes da greve de 1978, decisiva na inauguração do período de lutas pela democracia no país, esses eventos traçaram um quadro nada arrefecido da repressão imposta pela ditadura militar nos anos 1970 – regime que ainda é objeto de defesa apaixonada pela extrema direita no Brasil.

Autoritarismo, ditadura, tortura e mortes marcaram então uma geração de jovens cientistas sociais, geógrafos, historiadores, filósofos, arquitetos e urbanistas formados sob o signo do medo e do silenciamento, mas também das formas de militância possíveis naquele momento, engajando-se em organizações forçosa e necessariamente clandestinas, com documentos mimeografados e livros cobertos por capas que escondiam seus títulos e autores, livros e documentos que circulavam como era possível pelos grupos de leitura e de estudo.

O CEBRAP era também um subproduto desse período repressivo que atingiu em cheio as universidades - e a USP em particular - e o financiamento da Arquidiocese foi um modo de prover tanto a pesquisa quanto a própria sobrevivência desse grupo de pensadores e cientistas, em grande parte, sobretudo no que se refere aos mais velhos dentre eles, expulsos da academia. A reflexão desse conjunto de pensadores seria decisiva para pensar o Brasil e suas cidades, assim como para pensar as formas de desenvolvimento e suas drásticas interrupções, guinadas e redirecionamentos no âmbito de um processo de modernização conservadora instaurada pelos governos militares.

PENSAR FORA DO EIXO

Nessa atmosfera, a pesquisa e a análise de seus resultados foram entregues à arquidiocese em 1975 e publicados em 1976. Muitos aspectos chamam a atenção não apenas salientando o que sociólogos, geógrafos, cientistas políticos e militantes aprenderam naqueles anos, mas sobretudo, pela escolha dos objetos de pesquisa e análise, tais como índices, fenômenos sócio econômicos e políticos, o que se somava ao próprio modo de relatar uma pesquisa feita com dados quantitativos e qualitativos, com análise de números e indicadores e com observação direta, Essa combinação densa de informações compôs um amplo material a ser discutido, publicizado e analisado, ao qual se somou um acervo fotográfico que operava como documentação sobretudo das condições de vida. Essas informações e imagens reunidas buscavam compreender os processos de produção de uma realidade urbana desigual, da produção de suas condições de vida para além das dimensões digamos apenas “conjunturais” ou meramente passageiras. Assim o eixo e a forma de explicação das condições de vida urbana na grandeza de suas desigualdades dizem respeito às dimensões, elementos e articulações que estruturaram o urbano em São Paulo, seu crescimento e, claro, sua pobreza.

O texto de São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. Contra os mitos, disputando discursos e modos de legitimação

O livro buscava, com a força de quem construiu evidências, enfrentar as questões daquele momento discutindo, mas sobretudo pondo o dedo na ferida em cada um dos mitos sobre São Paulo, sobre o desenvolvimento encarnado na cidade e sobre o crescimento econômico promovido pelos anos de chumbo da ditadura civil militar. De certo modo, tanto as leituras oficiais quanto uma parte das leituras dos críticos da ditadura foram, por assim dizer, questionadas pelos resultados da pesquisa e pelo arsenal conceitual e metodológico sobre os quais se assentam os textos apresentados como capítulos, eles também, publicados como resultado de trabalho coletivo, sem autoria individual.

A leitura e a compreensão das condições sociais e urbanas de São Paulo que resultam desse esforço de descrição e de explicação iluminariam suas especificidades, desigualdades, padrões de crescimento, dimensões políticas, modos de vida, padrões de sobrevivência. Nessa releitura, 50 anos depois, talvez seja então necessário retomar esse esforço de desmitificação e desmistificação no enfrentamento de alguns dos cânones hegemônicos que foram incorporados às opiniões forjadas supostamente como senso comum, tanto a respeito do desenvolvimento e desenvolvimentismo, como a respeito do crescimento econômico frequentemente enaltecido e absolutizado nas falas sobretudo de economistas assim como no discurso que oferece embasamento e legitimidade às políticas econômicas e sociais que atravessam o espectro político contemporâneo.

PENSAR FORA DO EIXO

O primeiro dos mitos a ser enfrentado nos capítulos desse livro, cujo sucesso editorial foi muito significativo [5] foi a atualização da equação entre **crescimento e pobreza**. Dessa perspectiva cabe apontar que o país estava saindo do que ficou conhecido como “milagre econômico”, produzido pelo governo de Médici, com Delfim Netto como idealizador. Essa desmitificação dizia respeito então às armas econômicas e ao discurso de legitimação da ditadura militar, assim como à sua racionalidade técnica. Nesse enfrentamento, o livro explicava a pobreza não pela falta mas pela efetividade e pela força de um modo de crescimento econômico. Esse argumento, aliás, retomava e trazia para o solo das leituras e análises da produção da cidade, e da cidade de São Paulo em particular, algumas das dimensões teóricas da *Crítica à Razão Dualista*, publicada em 1972. Tanto a *Crítica* quanto **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza** conformavam uma revolução teórica inclusive face às fortes e articuladas concepções do desenvolvimento, desenvolvimentismo e modernização[6]. Dessa perspectiva, retomar essa continuidade permitiria compreender a originalidade do pensamento social brasileiro e da sua reflexão sobre o urbano e os processos de urbanização, assim como seu potencial crítico a partir da incorporação de uma leitura ou releitura crítica do desenvolvimento e desenvolvimentismo que passariam pelo filtro de uma compreensão da especificidade dos processos de acumulação do capital ao sul do Equador. É esse o fio condutor que remeteria ainda esse teor crítico muito original e muito inovador às teorias das formas de acumulação primitiva, não como momento, mas como processo persistente, permanente e relevante para as formas não apenas de exploração mas, sobretudo, de espoliação.[7]

Acumulação e pobreza, a busca de um diagnóstico que pudesse explicar a miséria e as condições miseráveis de sobrevivência, seus indicadores e desdobramentos pelas muitas esferas da vida marcadas pela funda desigualdade— moradia, trabalho, educação, saúde, mortalidade infantil e esperança de vida— assim como seus desdobramentos visíveis na vida cotidiana, desenhariam as dimensões e determinações que marcavam indelevelmente o espaço urbano, que o produziam sob o signo das contradições entre crescimento e miséria e entre suas linhas e formas de reprodução e recrudescimento no tempo e no espaço.

Nesse quadro – e em meio a alguns dos episódios mais marcantes da ditadura militar ainda plenamente atuante – o livro investiga as múltiplas faces dessas contradições e determinações como elemento de estruturação urbana indelevelmente desigual. A primeira desigualdade é regional. É ela que confere ao Estado e à Cidade de São Paulo sua centralidade econômica no âmbito do que o livro nomeava como uma das questões a respeito da natureza e do alcance de uma forma de organização da sociedade que produz essas condições de vida. São Paulo seria então caracterizada como centro dinâmico do Estado mais rico do país, centralidade produzida pelo

PENSAR FORA DO EIXO

caráter capitalista do desenvolvimento. Esse centro em que se combinavam crescimento e miséria, denunciaria, sem nenhuma sombra de dúvida, **a perversidade desse mesmo desenvolvimento em seus desdobramentos**. Centro hegemônico da acumulação do capital e produto da pauperização relativa de outras regiões do país, é a natureza mesma desse desenvolvimento que está posta em questão. Afinal como se conformava esse privilégio que agrava as condições de vida da maior parte de sua população? E o argumento caminhava no sentido de apontar que “os problemas do subdesenvolvimento” não desapareceriam automaticamente com o crescimento econômico, já que as situações de extrema pobreza não seriam diminuídas mas, ao contrário, acabavam por se agravar. Assim, ecoavam aqui os temas do desenvolvimento e subdesenvolvimento e seus mitos desmentidos veementemente pela constatação de que, no centro pulsante do capitalismo brasileiro, em suas condições concretas, a pobreza vicejava tornando inerente ao suposto desenvolvimento em sua variante brasileira uma progressiva deterioração das condições de vida.

A junção necessariamente contraditória apontada insistentemente ao longo do livro e de seus capítulos desmistificava, por consequência, o crescimento econômico e suas contradições no âmbito da modernização conservadora e do Milagre brasileiro operado pela Ditadura Militar em sua política econômica, em suas formas de racionalidade técnica e tecnocrática, cujo esgotamento vinha sendo evidenciado. Seus resultados, suas contradições se expressavam na desmontagem de mais um mito: o da ordem, o do crescimento desordenado da metrópole, que guardava uma lógica poderosa, o que se desdobrava (e ainda se desdobra) em duas questões: a lógica da acumulação do capital e de suas contradições; e a lógica que permite detectar os sujeitos desses processos. Quem desenha a cidade? Quais os elementos que determinam seus rumos? Como pensar as relações entre os elementos economicamente relevantes e o âmbito das decisões técnicas e políticas presentes nas intervenções e planos. A metrópole, afirmavam nossos autores, não crescia desordenadamente porque esse crescimento tinha e obedecia (ainda tem e obedece) uma ordem. A suposta falta de planejamento não era falta ou ineficácia, mas aparência, mera aparência que acabaria por encobrir, no entanto, o que os autores identificavam como a forma e o modo de “organização da sociedade”. Assim, tomando como índice dessa organização a distribuição espacial da população, o texto demonstrava que ela dependeria do que reconheceram como “a condição social dos habitantes” de modo que desigualdades socioeconômicas e segregação urbana se reforçavam (e ainda se reforçam) reciprocamente, conformando relações espaciais entre centro e periferias, fortemente ressignificados pelo agravamento das condições de vida da população. A

PENSAR FORA DO EIXO

esse respeito cabe ainda assinalar que o livro se refere às *periferias* no plural, de modo distante de uma quase essencialização que conformaria parte da literatura posterior sobre esses territórios.

No quadro de uma desresponsabilização das empresas e do Estado em relação às condições de vida, surgia e ganhava força já naquele cenário urbano dos anos 1970, a responsabilização individualizada pela pobreza e, assim, a responsabilização dos pobres pelas condições que caracterizavam o que seria designado como ‘periferias’: aglomerados - clandestinos ou não - carentes de infraestrutura, onde residiria a mão de obra necessária para o crescimento da produção, nesse caso e nesse período, estabelecendo os vínculos entre produção e reprodução no solo de um padrão industrial de acumulação de capital, anos mais tarde caracterizado como fordismo periférico[8]. Esse movimento seguiria os fluxos da acumulação e da especulação, de modo que a ação governamental seguiu, avalizou e acompanhou os processos de ocupação criados pelo setor privado, cujos investimentos obedeciam a dinâmica de valorização-especulação do “sistema imobiliário-construtor”. O texto explicitava assim os resultados da produção das periferias em um conjunto de elementos que vão da metragem das construções necessárias para cada pessoa até as condições que caracterizavam diversamente as condições de vida nos bairros: a presença/ausência das áreas verdes, do acesso desigual ao esgotamento sanitário, das condições perversas de deslocamento pela metrópole nos fluxos e na escala moradia- trabalho-moradia.

O leitor poderia ainda se deparar com mais um mito a ser denunciado e desfeito: o do “preço do progresso”. Na verdade, esse preço seria o resultado da ação desavolta e sem freio da iniciativa privada diante do silenciamento e repressão das organizações populares. Assim, crescimento econômico e crescimento urbano atuando conjuntamente produziam uma espiral que atuava por incremento das periferias, distantes dos polos e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, com tempos médios de deslocamento cada vez maiores, com um crescimento importante das formas de transporte individual e com um transporte coletivo abarrotado, produzindo congestionamentos que seriam muito mais do que problemas de trânsito. A periferização se fazia acompanhar de uma permanente expulsão da população pobre dos núcleos consolidados. Esses elementos ofereceriam a base para a noção posterior de *espoliação urbana*, para além da exploração do trabalho como momento de extração de mais valia. A combinação entre exploração e espoliação, que conformaria processos e condições de vida urbana no centro do capitalismo brasileiro, se desenhava como uma espécie de constatação dos eixos de estruturação nascidos das contradições entre capital e trabalho, entre produção e reprodução em um país aturdido e calado pela repressão do regime de ditadura civil-militar.

PENSAR FORA DO EIXO

Mais um dos mitos do desenvolvimento associado à pobreza receberia um tratamento de choque: aquele que, culpando insidiosamente os pobres por sua pobreza, afirmaria que a piora das condições de vida seria um resultado das migrações, de modo que seria mais ou menos “natural” que os recém chegados à metrópole padecessem de condições de vida miseráveis. Seriam os males da adaptação. Mas o que o livro e seus argumentos comprovavam era que o que se passava em São Paulo não era produto desses males do crescimento, mas do destino de moradia dos trabalhadores nas longínquas periferias urbanas, mesmo que houvesse lugares de moradia em locais mais próximos do centro, melhor providos de recursos básicos. E isso porque não somente os recém-chegados deveriam se dirigir aos bairros longínquos. As populações mais pobres que vivem nas áreas de povoamento antigo da cidade seriam também permanentemente expulsas pela valorização fundiária. Identificando então o destino dos mais pobres, o livro detectaria a ainda incipiente existência de favelas na metrópole paulistana. Em 1975, havia cerca de 130.000 pessoas nessa condição, sob permanente ameaça de remoção. A eles somavam-se 1,8 milhão nas periferias em situação de precariedade e 615.000 moradores de cortiços [9].

Auto provisão da casa própria, conjuntos habitacionais produzidos pelo então BNH, favelas, cortiços, processos de fixação e expulsão desses trabalhadores foram ainda permeados pela insegurança no emprego, pela alta rotatividade da força de trabalho, pelos baixíssimos salários, por condições de saúde marcadas por acidentes de trabalho, pelo reconhecimento do que então se identificava como informalidade que impedia o acesso à assistência médica – já que o SUS seria resultado das lutas e movimentos que culminaram na constituição de 1988. Mesmo assim, instalar-se em São Paulo era ainda visto como uma melhora nas condições de vida, dadas as gravíssimas condições de desigualdade regional do país. Ainda que de modo puramente simbólico, ser parte desse “mercado de ilusões”, desse mundo de vitrines e painéis publicitários funcionava como parâmetro de integração longínqua e, até o momento da migração, improvável. E nessa análise, afirmava-se o vínculo e a simultaneidade entre uma deterioração das condições de vida dos trabalhadores, seu progressivo agravamento e o crescimento econômico do país, com taxas de 10% ao ano no período do suposto “Milagre”. Diante desses índices e indicadores e do que evidenciavam, ganhava destaque uma pergunta: que tipo de “milagre” era esse que combinava crescimento assimilado ao desenvolvimento com uma piora significativa das condições de vida da maioria da população?

As ideias presentes nos textos que compuseram o livro apontavam para uma acumulação por dilapidação da força de trabalho, que operava pela combinação entre exploração e espoliação, o que compareceria fartamente na literatura internacional poucos anos depois.[10] Esses processos

PENSAR FORA DO EIXO

e a funda desigualdade urbana que seria objeto de análise apontavam ainda para a existência de uma vasta reserva de mão de obra, para o silenciamento e repressão das organizações sindicais e das lutas por melhores condições de vida, permitindo e possibilitando padrões de acumulação no contexto de um capitalismo periférico que ganhava forma e materialidade na produção do espaço urbano, no centro dinâmico da economia do país. O aumento exponencial das taxas de exploração, o reconhecimento de que os investimentos públicos acompanhavam e produziam ainda mais desigualdade, privilegiando por exemplo o transporte individual motorizado em detrimento do transporte coletivo, os dados demográficos, os dados sobre moradia, sobre saúde, sobre o crescimento de condições miseráveis de vida acabavam por se converter numa discussão sobre a produção da cidade em suas determinações a partir dos processos de acumulação entrelaçados às condições políticas de severa repressão e silenciamento.

Por um lado, ao longo dos capítulos do livro, há problemas que se visibilizavam, tornando-se alvo de debate público – como o trânsito, as buzinas, os congestionamentos e os processos sócio econômicos que os produzem. Por outro, um conjunto de dimensões relativas às condições miseráveis de vida permaneciam, como apontaram os autores, como questões como que encapsuladas, invisibilizadas, já que diriam respeito apenas e tão somente aos pobres e aos trabalhadores, alijados da cena pública. Assim os usos abusivos do trabalho, suas formas extremas de exploração e espoliação poderiam e deveriam se transformar em “problema público”, em questões de debate aberto, na medida em que afetavam os processos sociais e econômicos, multiplicando seus desdobramentos físicos, ambientais, e drenando recursos que poderiam incrementar investimentos produtivos.

“Por enquanto, os empresários não parecem excessivamente preocupados com essa possibilidade. E a política governamental apoia-se de preferência nos estímulos ao lucro privado. ...Pois é o capital – e não a força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existência.” (Camargo, et al: 1976, p. 61)

Cabe ainda, para finalizar, assinalar que já nos anos 70 o livro apontava para as condições que estruturavam as discriminações de gênero e de raça em São Paulo, relacionando-as aos padrões de uso do trabalho. **Raça, gênero e classe** se cruzariam para explicar a composição do emprego e os usos do trabalho. Para além de uma discussão de categorias demográficas, grupos etários e suas composições, São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza apontava para a **desigualdade de destinos de parcela inteiras de jovens e crianças** a quem era oferecida uma educação restrita frequentemente interrompida pela necessidade de ingresso no mundo do trabalho traçando futuros

PENSAR FORA DO EIXO

distintos para cada infância. Trabalho infantil, numa ponta, discriminações etárias na outra, além de dimensões de gênero e raça compõem nas análises a respeito das trajetórias de vida da classe trabalhadora em São Paulo.

Finalmente, no último capítulo, a história política se desenhava com ênfase nos silêncios e apagamentos, na construção de clientelas, na discussão das disjunções entre participação eleitoral - muito restrita porque limitada apenas ao quadro desenhado pela ditadura civil militar - e participação política, truncada pela repressão às organizações sindicais e populares. Organizações locais e sindicatos bloqueados ou instrumentalizados, encolhimento e impossibilidade da ação política, despolitização das associações de moradores e de bairro deslocavam as formas de proteção e amparo para as relações de proximidade, para as relações familiares e para os vínculos pessoalizados, marcados pelo clientelismo e pelo populismo como linhas de continuidade com a história das relações políticas entre as classes sociais no Brasil, minimizando as dimensões públicas, privatizando a vida e suas relações num mundo individualizado em que reinariam os expedientes possíveis e, muitas vezes, imprescindíveis à sobrevivência, expedientes da astúcia e da eficácia das redes de conhecimento e de favor.

O livro terminou evocando essas marcas de uma história de exploração e de dominação de classe nas suas formas urbanas específicas que produziram e reproduziram a cidade São Paulo e suas condições de vida. Contra essas formas de exploração, espoliação e dominação se anunciavam a democratização da sociedade brasileira e a aventura da reinvenção de um horizonte da igualdade, assim como a possibilidade da ação política dos trabalhadores que esboçavam mais do que democratizar o Estado e suas instituições. Esboçavam a necessidade de democratizar as relações sociais, os modos de viver o urbano, as formas de sociabilidade. Mais do que eleições, a possibilidade da democracia era também a possibilidade de um horizonte sempre provisório porque sempre insuficiente de reconhecimento das múltiplas desigualdades, de sua desnaturalização e de reivindicação de igualdade.

Assim, lendo as marcas das formas de exploração e de dominação, lendo as desigualdades e os silenciamentos, o truncamento permanente da ação e da participação política, o livro **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza permanece vivo 50 anos depois**. Pela rememoração do que é passado mas também pelo que foi capaz de detectar sobre os processos que ainda permanecem, mesmo que reformulados, sua leitura nos incita a atualizar e repensar São Paulo, as modulações de sua pobreza não mais estritamente vinculada à produção e reprodução da força de trabalho industrial, assim como as modulações da ação do capital crescentemente articulado em um

PENSAR FORA DO EIXO

complexo financeiro e imobiliário, num esforço crítico necessariamente coletivo – tal como nos ensinam os autores desse livro clássico em um campo de estudos urbanos - que permita localizar inflexões e mudanças, mas também permanências, elementos estruturantes e articulações mesmo que moduladas pelos novos processos e formas de acumulação. Talvez seja então necessário detectar o que permanece na busca das determinações que produzem ainda hoje a crueza das desigualdades urbanas em São Paulo e para além de São Paulo, no contexto do capitalismo sob dominância financeira ao sul da linha do Equador.

São Paulo crescimento e pobreza – permanências, modulações, inflexões

Se, como fica claro, a pesquisa concluída em 1975 e sua publicação em forma de livro em 1976 permitem a apreensão de elementos permanentes, elementos estruturantes da produção social do espaço urbano, como resultado de contradições e tensões que permearam a formação socioeconômica e sociopolítica brasileira, por outro lado, é necessário pensar transformações, pontos de inflexão que vêm se impondo à reflexão e à crítica. Uma primeira consideração nesse sentido diz respeito às formas pelas quais a pobreza urbana se reconfigurou nos últimos 50 anos, alterando as tramas societárias dos bairros periféricos e suas condições de vida em múltiplos sentidos. O ponto de partida para decifrar essas reconfigurações da pobreza e da pobreza urbana talvez seja o que, utilizando Harvey, Pereira e Ponte identificaram como processos constitutivos do “movimento da espiral do capital em constante expansão” (Pereira e Ponte, 2024). Esses processos como elementos que têm ação e protagonismo nas formas de produção do espaço, cuja atuação precisa ser pensada para além da especulação imobiliária, foram fortemente transformados, incidindo sobre o modo como se estruturam produção e reprodução da força de trabalho, de modo cada vez mais distante dos processos que fizeram das empresas e das fábricas as pedras angulares da acumulação do capital nas cidades brasileiras – e em São Paulo em particular. A dinâmica das formas de reprodução – especialmente da força de trabalho – já não tem como nexos centrais o rebaixamento dos salários dos trabalhadores fabris. As fábricas e bairros industriais, os locais de concentração da produção industrial no âmbito da região metropolitana de São Paulo não podem mais ser vistos como o nó górdio da ponta superior da acumulação de capital.

A nomeação desse processo não é simples e sua identificação e explicação geram polêmicas intermináveis em torno dessas formas de acumulação (acumulação por espoliação, neoliberalismo, capitalismo sob hegemonia da finança, financeirização, entre outras designações). Suas consequências mais visíveis nos instigam a um conjunto de desafios nucleados por um processo

PENSAR FORA DO EIXO

gerador de desigualdades que ao mesmo tempo preserva, gera e transforma a pobreza, as relações profundamente desiguais e seus territórios. A emergência de constelações de programas sociais, somados à expansão do crédito e do endividamento que compromete a reprodução das formas mais elementares de sobrevivência, lado a lado com uma explosão dos empreendedorismos de todos os tipos em diferentes campos – social, econômico, cultural – que se somam a formas de enfrentamento e combate à pobreza a partir tanto de negócios de impacto de grandes empresas como de formas associativas que se moldam e se organizam como práticas empresariais que produzem e ativam outros negócios apontam para transfigurações da pobreza urbana em suas múltiplas faces. (Rizek e Gonçalves, 2026)

As modulações dos nexos entre relações sociais, formas de acumulação do capital e seus desdobramentos políticos também passam pelos fios da permanência de práticas de clientela, de formas patrimoniais e de seus rearranjos e ordenamentos frequentemente vinculados à modulação dos mecanismos e desdobramentos de espoliação no âmbito dos serviços urbanos, como no caso das empresas de construção e de ônibus de São Paulo que atuam diretamente sobre as periferias como conformações urbanas que em nada se assemelham aos antigos subúrbios fabris.

É ainda preciso observar que as mudanças nas formas de acumulação provocaram uma funda erosão do solo coletivo do trabalho por meio da pulverização de seus modos de subordinação revestidos da aparência de autonomia vinculada ao empreendedorismo – ao mesmo tempo ancorado nas formas de viração, no crescimento do endividamento e nas suas justificativas ideologizadas. Assim também é preciso reconhecer o crescimento e a transformação da violência – violência da acumulação sob hegemonia financeira e sua capilarização pelo endividamento especialmente dos mais pobres; violência de Estado com o ascenso de formas securitárias que legitimam as mortes das parcelas de jovens negros, pobres e moradores das periferias, assim como legitimam toda sorte de modos de vigilância urbana; violência do chamado “mundo do crime” como regime de governo da vida cotidiana de favelas e bairros; violência simbólica e real que aposta no crescimento das formas de punição como remédio; violência da urbanização, das expulsões e deslocamentos de moradores pobres para locais supostamente mais baratos e ainda mais distantes de suas oportunidades de trabalho instabilizando continuamente bairros inteiros; violência que se expressa na capitalização e extensão de atores oriundos da economia do crime, entremeados e entrelaçados aos polos financeiros e às instituições estatais.

PENSAR FORA DO EIXO

Esses elementos, entre outras modulações da vida cotidiana dos bairros pobres da cidade e da região metropolitana de São Paulo parecem desenhar tanto a velha como a nova desigualdade brasileira.

[1] Vinícius C. Brant é pouco conhecido. Foi importante na articulação que permitiu a pesquisa e a publicação do livro. Como fundador e membro do CEBRAP, foi alvo da descrição que se segue em texto comovente escrito por Francisco de Oliveira e intitulado *Inovação, rigor e ascese entre a vida e a obra de Vinícius Caldeira Brant*. “Do mítico presidente da UNE no crítico período antes de 1964, que parlamentava com ministros e presidentes (...) ao fundador de um partido revolucionário que, junto a outras formações políticas deram o combate à ditadura militar, ao exilado estudante de Paris, ao prisioneiro da ditadura, ao pesquisador do Cebrap, ao militante católico – surpreendente, para os que o sabiam conhecedor e seguidor de Marx –, ao professor da UFMG, ao fundador do Partido dos Trabalhadores, suas múltiplas atividades constituem uma cerrada unidade. Mas guardou sempre uma autocrítica tão rigorosa quanto a que exercitava em relação a terceiros.”

[2] Ver a esse respeito a dissertação de mestrado de Vera da S. Telles intitulada *Autoritarismo e práticas instituintes: movimentos sociais nos anos 70*, Ano de Obtenção: 1984, orientada por Lúcio Kowarick. Ver também SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[3] Dessa perspectiva cabe lembrar a análise fina e ainda relevante de H. Arendt sobre a quebra dos fios narrativos transmitidos inter geracionalmente e seus vínculos com a necessidade de um pensamento que possa examinar criticamente a tradição, recuperando o que permanece de certo modo escondido, o que não foi transmitido “sob os escombros do presente e do passado”. Ver: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011. Ver também: NASCIMENTO, C. E. G. Hannah Arendt: Uma narradora entre o passado e o futuro. **Princípios – Revista de Filosofia**. Natal, v. 25, n. 48 Set.-Dez. 2018.

[4] Vladimir Herzog nasceu no dia 27 de junho de 1937, na cidade de Osijek. Aos nove anos de idade mudou-se com a família para o Brasil. No final da década de 1950, Vladimir formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Logo depois, iniciou sua carreira profissional de jornalista como repórter de O Estado de S. Paulo. A experiência e a conduta de Vladimir proporcionaram sua contratação pela BBC, em 1965, período em que morou em Londres. Voltou ao Brasil em 1968 e passou a atuar como editor cultural da revista Visão. A partir de 1972, Vladimir passou a fazer parte do quadro da TV Cultura, onde efetivou seu conceito de “responsabilidade social do jornalismo”. Vladimir começou a ser vigiado pelos agentes de repressão sob a suspeita de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi convocado a comparecer ao

PENSAR FORA DO EIXO

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, ao qual se encaminhou voluntariamente na manhã do dia 25 de outubro de 1975. Nesse mesmo dia, aos 38 anos, Vladimir foi morto nas dependências do órgão de repressão. Em nota, o Comando do II Exército declarou que, quando acareado com Rodolfo Oswaldo Konder e George Benigno Jatahy Duque Estrada, Vladimir teria admitido seu vínculo com o PCB desde 1971 ou 1972. A comunicação sustenta ainda que às 16 horas, quando foi novamente procurado, Vladimir foi encontrado morto, enforcado com uma tira de pano e portando um pedaço de papel rasgado, no qual teria descrito sua participação no partido. Dessa forma, era montada a falsa versão de suicídio. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/vladimir-herzog/> acesso fevereiro de 2026.

[5] No texto de Oliveira já mencionado o autor comenta a rede de divulgação editorial da Igreja Católica e sua potência na distribuição do livro São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza. Também aponta que esse sucesso poderia ser a causa da bomba que explodiu na sede do CEBRAP em 1976 na Rua Bahia. Conforme o autor: “O impacto na opinião pública, mesmo sob a miserável censura da ditadura, foi tão grande que muitos atribuíram a bomba jogada nas instalações do Cebrap naquele ano a uma retaliação dos aparelhos mais sinistros da repressão militar-policial em São Paulo.” (op. Cit p. 2)

[6] Cabe mencionar sobretudo aqui o esforço teórico da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e sua importância para o pensamento social latinoamericano. Entretanto, esse ideário desenvolvimentista começava a ser interrogado sobretudo no que dizia respeito às teorias da marginalidade e de um suposto “terciário inchado” que absorveria parcelas da força de trabalho constituído uma das bases da pobreza urbana. Ver a respeito da CEPAL e de seus questionamentos em: OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

[7] A esse respeito ver sobretudo o livro importantíssimo de KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 que dá continuidade, no âmbito da reflexão desse autor à trilogia de livros que tem em São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza seu momento inicial.

[8] Ver, entre outros autores, LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, n. 10(2), 1989. 303-335. LIPIETZ, A. **Mirages and Miracles**: The crisis of global fordismo. Londres: Verso, 1987. Essa noção é tributária da escola francesa de regulação e será muito relevante para pensar as transformações do capitalismo a partir dos processos de reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970. As relações entre produção e reprodução do capital e da força de trabalho são fortemente reconfiguradas – processo que ainda não foi concluído – e o fim da hegemonia da indústria como mola propulsora dos processos de acumulação, as crises que se configuraram a partir de então continuam a ser tema fundamental de pesquisa e de discussão. A esse respeito ver: PEREIRA, P. C. X.; PONTE, T. O. “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”: uma discussão sobre a pobreza. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 27, n. 64, 2025.

[9] São Paulo tinha 5.978.977 habitantes em 1970. Como não há dados para 1975, pode-se inferir que a população em 1975 seria um valor intermediário entre a de 1970 e a de 1980, quando a cidade atingiu 8.587.665 habitantes.. SPDEMOGRÁFICO Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo – Resenha Mensal Ano 4 – nº 1 População paulistana agora cresce menos Janeiro 2003 in <https://sptic.seade.gov.br/wp->

PENSAR FORA DO EIXO

content/uploads/sites/18/2021/12/SPDemografico-populacao-cidade-sao-paulo-agora-cresce-menos.pdf

[acesso fevereiro 2026](#). Ver também: TASCHNER, S. P. Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo.

Revista Brasileira de Estudos de População, 7(1), 1990.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

CAMARGO, C. P. et al. **São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza**. São Paulo, Edições Loyola, 1976

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, n. 10(2), 1989. 303-335.

LIPIETZ, A. **Mirages and Miracles**: The crisis of global fordismo. Londres: Verso, 1987.

NASCIMENTO, C. E. G. Hannah Arendt: Uma narradora entre o passado e o futuro. **Princípios – Revista de Filosofia**. Natal, v. 25, n. 48 Set.-Dez. 2018.

OLIVEIRA, F. Inovação, rigor e ascese entre a vida e a obra de Vinícius Caldeira Brant. **Tempo Social – Revista da Sociologia da USP**. São Paulo, 13(1): 1-8, 2001. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/it/article/view/12345/14122> Acesso: fevereiro de 2026.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, P. C. X.; PONTE, T. O. “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”: uma discussão sobre a pobreza. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 27, n. 64, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2025-6468600-pt> Acesso: fevereiro de 2026.

RIZEK, C. S.; BARROS, J. Entrevista com Francisco de Oliveira. **Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, 23(1). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2025.240020> Acesso: março 2026.

RIZEK, C. S. e GONÇALVES, A. L. -Novos e velhos atores: ocupações, reconfigurações e modulações nos espaços e nas tramas sociais das periferias in Fontes, Renato e Canettiéri (org.) **Periferias em Debate. Estratégias de ação social, conflitos e ação coletiva**. Belo Horizonte, Cosmópolis, 2026

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SP DEMOGRÁFICO. Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo. **Resenha Mensal** Ano 4, nº 1 População paulistana agora cresce menos Janeiro 2003. Disponível em: <https://sptic.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/18/2021/12/SPDemografico-populacao-cidade-sao-paulo-agora-cresce-menos.pdf> Acesso: fevereiro 2026



PENSAR FORA DO EIXO

TASCHNER, S. P. Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 7(1), 1990. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/download/545/pdf_519/1606 Acesso: fevereiro de 2026.

TELLES, V. S. **Autoritarismo e práticas instituintes: movimentos sociais nos anos 70**. Dissertação (mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1984.